

## RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 29/08/2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO  
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

BEATRIZ MARQUES DE MATTOS

**Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de  
universitários**

Bauru

2016

BEATRIZ MARQUES DE MATTOS

**Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de  
universitários**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia Pereira Leite

Bauru

2016

Mattos, Beatriz Marques.  
Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de universitários / Beatriz  
Marques de Mattos, 2016  
106 f.

Orientador: Lúcia Pereira Leite

Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016

1. Universidade. 2. Concepção. 3. Pessoas com deficiência. 4. Escala. I.  
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BEATRIZ MARQUES DE MATTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS.**

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro do Prédio da Pós-graduação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, Profa. Dra. ALEXANDRA AYACH ANACHE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Profa. Dra. CARINA ALEXANDRA RONDINI do(a) Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho / Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BEATRIZ MARQUES DE MATTOS, intitulada **Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de universitários**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE

Profa. Dra. ALEXANDRA AYACH ANACHE

Profa. Dra. CARINA ALEXANDRA RONDINI

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho contou com muitas cabeças, mãos e corações. Concluir esta etapa só foi possível através das palavras e dos gestos de apoio, estímulo, encorajamento, indagações e suposições. Dessa forma,

Agradeço a minha querida irmã Andresa, que me inspira a seguir o caminho acadêmico. Obrigada pelo apoio em todas as horas que foi preciso: na leitura dos manuscritos, nas orientações que se fizeram necessárias, na sinalização dos percalços do processo e, principalmente, na motivação de seguir em frente e concluir mais esta etapa.

A minha mãe Sandra, que com colo e afeto alimentou minha fonte de inquietude para com as questões do ser humano, refletindo e questionando sobre as nuances da vida cotidiana. Que sempre apoiou e encorajou as minhas escolhas, que me deu a base para chegar aonde estou.

Agradeço com o mesmo carinho e admiração ao meu pai Marcio, que no seu jeito de poucas palavras soube acolher, orientar, apoiar e encorajar as minhas escolhas, pautando o essencial e me ajudando muito com os entraves da tecnologia.

À minha orientadora Professora Lúcia, por compartilhar os conhecimentos teóricos e práticos sobre a deficiência e a psicologia histórico-cultural. Obrigada pelo incentivo e apoio no grupo de pesquisa e ao longo desse período de realização do mestrado. Ainda, agradeço pela paciência com as minhas dificuldades e pelo contínuo suporte.

À Juju, pelo companheirismo, pelo acolhimento nas horas difíceis e pelo sorriso fácil, que tantas vezes me incentivaram a seguir em frente. Obrigada por dividir comigo os conhecimentos práticos e teóricos, as angústias, os sonhos e as realizações.

Aos meus amores de quatro patas, sobre a felicidade singular do companheirismo de cada um.

À Monica e à Amanda, que ao confiarem em mim me ensinaram tantas coisas, que foram a força motriz na escolha do caminho profissional que hoje trilho. Obrigada pela atenção, carinho e paciência.

À Professora Sandra, que desde o começo com muito bom humor nos acolhe e nos põe pra pensar nos encontros do GEPDI.

À Mayarinha, que ao longo desses dois anos e seis meses esteve junto nos momentos necessários com muita tranquilidade e bom-humor compartilhando os desafios da vida acadêmica.

Aos queridos companheiros que conheci no conselho regional de psicologia: Lu, Dário, Mari e Ariel que estão frequentemente questionando o nosso fazer psi, pensando e dialogando sobre formas de construir cada vez mais uma profissão ética pautada no respeito as diferenças e nos direitos humanos. E claro, pelo bom humor com que fazem isso. Obrigado por todo aprendizado!

Aos amigos com quem trabalhei na APAE, pelo comprometimento, profissionalismo e competência com que atuam junto as pessoas com deficiência, familiares e educadore. Com certeza pude aprender muito com todas e todos vocês.

As crianças com quem tive a oportunidade de trabalhar e as que ainda trabalho, obrigado por me ensinarem tantas coisas. As mães e aos pais de cada um, que confiam no me trabalho e dividem tantos conhecimentos.

Ao colegas do grupo de estudos e pesquisas GEPDI pelas discussões coletivas acerca dessa temática tão importante e complexa.

Aos meus amigos de Bauru que nesse período estiveram junto, me recebendo em suas casas com muitas conversas, cervejas e risadas.

À banca examinadora composta pela Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache e Profa. Dra. Carina Alexandra Rondini, pela pronta aceitação em participar desta etapa tão importante. Os apontamentos realizados foram de inestimável relevância para elaboração e conclusão

deste trabalho. Ademais, sou muito grata por conhecê-las e por ter a oportunidade de aprender tanto com vocês.

Aos demais professores e colegas do curso de pós-graduação Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da UNESP- Bauru, que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores e colegas da pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – Ribeirão Preto, que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Essa vivência foi muito significativa pra mim.

Aos funcionários da pós-graduação, em especial a Gethiely e a Simone pela paciência e eficiência em nos atender, estando sempre à disposição.

“Uma palavra que não representa uma ideia é uma coisa morta, da mesma forma que uma ideia não incorporada em palavras não passa de uma sombra.”

Lev Semenovich Vigotski

MATTOS, B. M. **Deficiência:** da conceituação aos posicionamentos de universitários. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

## RESUMO

O desenvolvimento psíquico do homem se instaura a partir da apropriação dos significados compartilhados nas relações sociais. No processo de constituição do pensamento, ocorre a formação dos conceitos, representados pela palavra. A concepção de deficiência transitou por diferentes períodos e foi atribuída a distintas causas. Ainda hoje, atrela-se ao conceito de desvio, sendo comum a adoção do rótulo de deficiente e/ou incapaz aos sujeitos que se encontram nessa condição. O estigma produzido nas redes de significados atua como controle social, valorizando positivamente o normal em detrimento do anormal. Atualmente, constatam-se inúmeras conquistas em termos normativos, porém, ações excludentes são comuns nos espaços sociais, localizando a deficiência no organismo que a apresenta, desconsiderando a necessidade de ajustes no contexto. A universidade, figurada como uma instituição social, deve propagar ações inclusivas, dentre as quais as destinadas às pessoas com deficiência. O objetivo desta pesquisa consistiu em identificar e analisar como universitários se posicionam diante de enunciados que retratam diferentes concepções de deficiência. Seus participantes foram 1472 graduandos de distintos cursos das nove grandes áreas do saber – Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Outros – de uma universidade pública do Estado de São Paulo. Em virtude de a instituição se constituir em unidades universitárias distribuídas por todo o Estado, adotou-se um modelo de aplicação à distância. Os dados foram coletados por meio da aplicação da Escala Concepções de Deficiência (ECD), pelo uso de um formulário, disponibilizado *on-line* na rede interna da universidade. Os resultados foram analisados estatisticamente, com o emprego de testes não-paramétricos. Os achados provenientes desta investigação indicaram qual o grau de concordância em relação às quatro concepções de deficiência examinadas. Evidenciou-se, entre os respondentes, a tendência em concordar com enunciados correspondentes a uma concepção social da deficiência. Entretanto, pode-se observar resquícios de posicionamentos que localizam no organismo a condição de deficiência. Isso denota a relevância de se promover ações que visam a ampliar o diálogo sobre o fenômeno da deficiência, a fim de debater criticamente o preconceito presente nos discursos e nas atitudes destinadas a esse segmento populacional, com vistas ao reconhecimento da diversidade humana e ao aumento da sua participação na sociedade.

Palavras-chave: Universidade. Concepção. Pessoas com deficiência. Escala.

MATTOS, B. M. **Disability**: from concept to the attitude of university students. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

### ABSTRACT

The psychic development of the man if it introduces from to assumption of meanings shared into social relations. In the process of Constitution of thought, the formation of the concepts represented by the word. The conception of disability transited in different periods and different causes were assigned to it. Even today, hooks up to the concept, being the adoption of the disabled label and/or unable to guys that are in this condition. The stigma produced in networks of meaning acts as social control, valuing positively normal abnormal detriment. Presently, several achievements, in normative terms, can be evidenced; however, exclusionary actions are common at the social spaces, in what the disability is located in the organism who holds it, disregarding the need of adjustments in the context. The University, figured as a social institution, must propagate inclusive actions, including those for people with disabilities. The objective of this research was to identify and analyze how university students position before utterances which treats about different disability conceptions. Its participants were 1472 undergraduate students from different courses of the nine major areas of knowledge – and the Earth Sciences, biological sciences, engineering, health sciences, agricultural sciences, social sciences, Humanities, Linguistics, letters and arts and others – of a public University located on the São Paulo State in Brazil. By virtue of the institution become University units distributed throughout the State, a model application in the distance. Data were collected through applying of the Disability Conception Scale (DCS), by using a form available online on the internal network of the University. The results were statistically analyzed with the use of non-parametric tests. The findings from this research indicate what degree of agreement in relation to four conceptions of disability examined. It was evidenced, among the respondents, a tendency of agreeing with utterances regarding to a social concept of disability. Nevertheless, it can be observed remains of positions which locate in the organism the disability condition. It denotes the relevance in promoting actions which aims to widen the dialogue about the disability phenomenon, in order to discuss critically the existent prejudice on discourses and attitudes towards this population, in order to recognizing the human diversity and the increasing of participation this group in several instances of society.

Keywords: University. Conception. People with Disabilites. Scale.

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Grau de concordância com as asserções da ECD e seus respectivos valores para contabilizar o escore total.....	65
--	----

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Total de Matrículas em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância por Organização Acadêmica.....	25
Tabela 2 – Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância.....	26
Tabela 3 - Análise do teste de normalidade a partir do teste Shapiro-Wilk.....	66
Tabela 4 - Média e valor de $p$ de acordo com o teste U de Mann-Whitney das dimensões e gênero.....	68
Tabela 5 - Mediana e valor de $p$ de acordo com o teste Kruskal-Wallis, que analisou as dimensões e os anos de ingresso.....	69
Tabela 6 - Análises de correlação (Teste Spearman) entre dimensões e idade.....	70
Tabela 7 - Valores da mediana e intervalo interquartil referente as áreas do conhecimento em relação as concepções de deficiência.....	71
Tabela 8 - Análises de correlação (Teste Spearman) entre as dimensões.....	79

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Comparação entre os valores das medianas referentes às áreas do saber.....73

## LISTA DE SIGLAS

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ECD – Escala Conceção de Deficiência

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESP – Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	17
<b>Introdução</b> .....	20
<b>1. Deficiência: das concepções aos paradigmas e os marcos políticos</b> .....	31
1.1 As concepções de deficiência na história da humanidade.....	32
1.2 Um retrato sobre a constituição dos processos de exclusão no Brasil: da institucionalização à inclusão das pessoas com deficiência.....	37
1.3 A atenção à pessoa com deficiência: marcos legais e políticos.....	43
1.4 O conceito de deficiência enquanto desvio: estigma, preconceito e estereótipo.....	46
<b>2. Dos aspectos da psicologia histórico-cultural aos procedimentos da pesquisa</b> .....	53
2.1 O Desenvolvimento do Psiquismo Humano.....	54
2.2 A Formação dos Conceitos Espontâneos e Científicos.....	58
2.3 Método materialista histórico-dialético.....	62
2.4 Universo da pesquisa.....	64
2.5 Participantes.....	64
2.6 Material.....	65
2.7 Procedimentos de Coleta de Dados.....	66
2.8 Procedimentos de Análises de Dados.....	67
<b>3. Resultados e Discussão</b> .....	69
3.1 Análise por gênero.....	69
3.2 Análise por seriação.....	71
3.3 Análise por idade.....	72
3.4 Análise por área de conhecimento.....	73
<b>Considerações Finais</b> .....	86
<b>Referências</b> .....	92
<b>Apêndices</b> .....	98
<b>Apêndice A:</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	98
<b>Apêndice B:</b> Apresentação dos cursos de graduação separados pelas nove áreas do conhecimento (CNPq) .....	100

<b>Apêndice C:</b> Número de alunos matriculados na UNESP e número de alunos matriculados e participantes da pesquisa distribuídos por curso e gênero.....	102
<b>Anexos</b> .....	105
<b>Anexo A:</b> Escala de Concepção de Deficiência.....	105

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho é produto de um interesse da autora pelo fenômeno da deficiência, que teve origem em sua trajetória acadêmica. Dessa forma, cabe destacar alguns pontos desse processo. Ao ingressar na universidade, no curso de Psicologia, a autora não tinha a pretensão de estudar e trabalhar as questões que integram a temática da deficiência. Porém, em meados de 2009, realizou um estágio extracurricular em uma escolar particular da cidade de Bauru, Estado de São Paulo, no qual participava do processo de inclusão escolar de uma aluna com deficiência, que, na época, cursava o Ensino Fundamental II.

Nesse período, observou-se que parte da comunidade escolar não sabia como lidar com os alunos que estavam na condição de deficiência. Era notório que algumas pessoas buscavam se aproximar desse alunado, entretanto, evidenciava-se o que Goffman (1982) denominou como situação mista angustiante, na qual ambos os lados expressavam incômodo com a relação, pois não sabiam como se comportar diante de tal circunstância. Havia, também, aqueles personagens escolares que demonstravam indiferença, desconhecimento, curiosidade ou o que quer que seja, mantendo distância dessas crianças. Por fim, mas não menos importante, manifestava-se o caráter assistencialista nas ações ofertadas a esse público, bem como práticas infantilizadas, tratando-os como indivíduos eternamente infantis, os quais merecem um cuidado diferenciado e especial.

Passados alguns anos, já graduada, a autora foi contratada para atuar como psicóloga organizacional, cargo no qual tinha, como uma de suas atribuições, o recrutamento e a seleção de pessoas com deficiência. Dessa experiência, destacam-se duas condutas divergentes a respeito da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que, em seu Art. 93, regulamenta que “empresas com cem ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras<sup>1</sup> de deficiência” (BRASIL, 1991). A primeira refere-se ao empenho de contratar pessoas com deficiência, contudo, delimitava os postos de trabalho e a deficiência que deveria ser contratada, enquanto a segunda, visando a atingir a cota especificada pela legislação, realizava a contratação de pessoas com deficiência, que não necessariamente estariam envolvidas na atividades da empresa.

Essa experiência contribuiu com o ingresso no Mestrado, porque foi possível verificar o quanto esses sujeitos ainda estão segregados e como ainda é arraigado o

---

<sup>1</sup> Optou-se por manter a nomenclatura utilizada no documento analisado.

pensamento de que a deficiência é inerente ao sujeito, sendo incapacitadora e limitante. Nessa ocasião, como relatado por Omote, no texto “Estigma no Tempo da Inclusão”, publicado em 2004, evidencia-se como a forma com a qual os sujeitos entendem o fenômeno deficiência afeta diretamente as atitudes direcionadas a essas pessoas. Assim, nota-se que ainda há muitos espaços carentes de discussões que retratem criticamente o conceito de deficiência, além das consequências decorrentes do modo como é concebido, intervindo diretamente nos valores e nas crenças que respaldam tal concepção.

Posteriormente, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, teve-se contato com relatos e atitudes de familiares e de educadores da rede de ensino regular, também atrelados a uma visão metafísica e biológica da deficiência. Tal fato, por diversas vezes, dificultou o processo de aceitação da criança com deficiência, tanto no contexto familiar como no escolar. Essas dificuldades implicavam significativamente o desenvolvimento emocional, intelectual e físico do sujeito, assim como o estabelecimento de relações interpessoais, o que acarretava prejuízos e sofrimento psíquico para a criança, para família e para os educadores.

Essas considerações ilustram realidades cotidianas que as pessoas com deficiência e seus familiares enfrentam, o que justifica a necessidade de pesquisas que subsidiem teorias e práticas capazes de promover mudanças de paradigmas, ou seja, a forma de conceber as diferenças e respeitar a diversidade humana. Isto posto, cabe à Psicologia trabalhar na problematização dos discursos que respaldam atitudes e práticas excludentes, de modo a promover ação crítica que valorize as minorias sociais, entre as quais está o contingente de pessoas com deficiência. Para tanto, é necessário superar as crenças, os valores morais e as atitudes que subestimam e minimizam as possibilidades de estar no mundo das pessoas que estão em situação de deficiência.

Diante desse cenário, busca-se contribuir com o estudo das condutas que assegurem a oferta da inclusão social das pessoas com deficiência, de forma efetiva e plena. Na introdução desta Dissertação, traça-se um panorama atual sobre a relevância da temática pesquisada, com índices populacionais que corroboram o crescimento das pessoas com deficiência, em nível mundial e nacional, os avanços e entraves do processo de inclusão social dessa população e a constituição do contexto universitário, enquanto um espaço de formação individual e social. Assim, este trabalho está dividido em dois capítulos, os quais buscam pontuar os fatores que envolvem a pesquisa. O capítulo 1 – Deficiência: das concepções aos paradigmas e os marcos políticos – apresenta os modelos conceituais de deficiência construídos historicamente, a perspectiva da exclusão social no

modelo econômico capitalista, o que levou à marginalização das pessoas com deficiência. Nessa direção, transitou-se pelos paradigmas da deficiência, a fim de elencar os posicionamentos frente a essa população, no decorrer dos anos. Ademais, propôs-se conceituar e caracterizar fenômenos diretamente relacionados à temática deficiência, a saber, desvio, estereótipo, estigma e preconceito, os quais, ao longo do tempo, foram difundidos nos discursos e nas práticas sociais. O conteúdo desse capítulo visa a explicitar as políticas atuais e as normativas que têm como objetivo garantir os direitos desse segmento populacional.

Na sequência, o capítulo 2 – Dos aspectos da psicologia histórico-cultural aos procedimentos da pesquisa – procura situar o leitor nos aspectos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, no que diz respeito ao desenvolvimento do psiquismo humano, da formação dos conceitos e do método materialista histórico-dialético. Ainda, são explicitados o universo da pesquisa e os procedimentos utilizados no processo de investigação e análise dos posicionamentos dos universitários diante de asserções que retratam diferentes concepções de deficiência. No capítulo 4 – Resultados e discussão – estão os resultados obtidos na pesquisa, respaldados na literatura estudada. À guisa de conclusão, apresenta-se o capítulo Considerações Finais, o qual discorre sobre as principais contribuições desta investigação.

Com efeito, em termos propositais, este estudo identificou e analisou como alunos de uma universidade pública se posicionaram diante de enunciados que retratavam diferentes concepções relacionadas ao fenômeno da deficiência, trazendo para o debate a implicação de como o conceito de deficiência é visto pelos estudantes, ao se coadunarem ou não com determinados enunciados.

## INTRODUÇÃO

A inclusão social tem sido um tema cada vez mais presente nos discursos sociais e políticos. Em relação às pessoas com deficiência, a preocupação com a participação desses sujeitos, nos mais variados contextos, ganhou força com a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em que o Brasil se configura como signatário.

Segundo Gesser, Nuernberg e Toneli (2013), as pessoas com deficiência constituem um segmento cada vez maior da população mundial. Para os referidos autores, tal aumento se dá em função do envelhecimento das populações, dos conflitos, da contaminação ambiental e dos acidentes de trânsito. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência, sendo o maior grupo minoritário do mundo<sup>2</sup>. Com base no relatório mundial sobre a deficiência, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e publicado em 2011, estima-se que mais de um bilhão de pessoas, o que representa 15% da população mundial, possuiriam alguma deficiência<sup>3</sup>.

No Brasil, há em torno de 45 milhões de pessoas que apresentam, pelo menos, um tipo de deficiência investigada no Censo Demográfico, realizado em 2010: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Esse número representa 23% da população brasileira. Desse contingente, 15 milhões de pessoas indicaram a presença de pelo menos uma deficiência severa, o que corresponde a 8%, da população (BRASIL, 2012b).

Diante desse cenário, em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual, em seu Art. 1º, prevê “[...] assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015). Essa legislação foi denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência e é considerada um avanço na promoção e na garantia dos direitos dessa população, uma vez que contempla uma série de questões importantes sobre a temática. No capítulo dois, buscar-se-á discorrer sobre marcos políticos e legais relevantes a respeito do fenômeno da deficiência.

Nesse direcionamento, constatam-se inúmeras conquistas, em termos normativos, porém, ações excludentes são comuns nos espaços da sociedade, localizando a deficiência

---

<sup>2</sup> Informação disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>

<sup>3</sup> Informação disponível em <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70670/9/WHO\\_NMH\\_VIP\\_11.01\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70670/9/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf)>

no organismo que a apresenta e desconsiderando a necessidade de ajustes no contexto sociocultural. Mittler (2003), Valle e Connor (2014), ao se debruçarem sobre a teoria e a prática da educação inclusiva, demonstram consenso em afirmar que os debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência, majoritariamente, figuram entre as personagens, as quais, de alguma forma, estão envolvidas nessa situação, tal como as próprias pessoas com deficiência, pais e familiares, educadores, estudiosos da temática e outros profissionais que atuam diretamente com esse público.

Nesse contexto, Mittler (2003) aponta que há anos se enfrentam dificuldades em transpor as barreiras atitudinais que impedem a proposição e a realização de ações capazes de garantir a inclusão das pessoas com deficiência, no contexto educacional. Contudo, o autor garante que “[...] essa falha não é dos pesquisadores, e sim o reflexo da imensa complexidade do assunto e da possibilidade de lidar com suas muitas tendências de modo que façam sentido para os que tem o poder de decisão.” (MITTLER, 2003, p. 15).

Mittler (2003), Valle e Connor (2014) referem-se à inclusão educacional, que se configura em um importante espaço de debate acerca da inclusão social. Parece adequado, então, que tais afirmações também reflitam a dificuldade da realização de ações inclusivas nos outros âmbitos sociais, justificando a persistência de tais debates, há décadas. Destarte, depreende-se que a questão basilar é compreender a discrepância entre a teoria que subsidia o movimento em prol da inclusão e os múltiplos sistemas de crenças, valores morais e práticas sociais com que nos deparamos, diariamente, os quais criam empecilhos para a oferta de ações inclusivas

Nessa linha de raciocínio, Valle e Connor (2014) apresentam importantes questionamentos, indagando: como fazer a inclusão? Quando se questiona como fazer a inclusão, como incluir esse ou aquele aluno, como garantir que esses sujeitos sejam inseridos no mercado de trabalho, dentre tantas outras coisas, percebe-se que esse processo é construído diariamente em meio a muitas dúvidas e dificuldades, focalizando-se a deficiência e esquecendo-se que tais sujeitos são seres humanos, como todos os outros. Acredita-se que tal argumento será aprofundando ao serem retratadas as concepções de deficiência, sobretudo com os fundamentos da defectologia anunciados por Vigotski (1997).

A respeito do segundo assinalamento, Valle e Connor (2014) enfatizam que, para além de dialogar sobre o como fazer a inclusão, é preciso discutir o porquê fazer a inclusão. Seria de se esperar que todos os indivíduos tivessem seus espaços e direitos garantidos, porém, não é isso que acontece, pois os valores morais que respaldam as

relações interpessoais não são naturais, mas sociais, isto é, construídos com base em uma ideologia hegemônica pautada em um padrão de normalidade. Nessa direção, Valle e Connor (2014) relatam que, ao “[...] colocarmos em primeiro plano as questões históricas, sociais e culturais inextricáveis aos debates contínuos sobre a inclusão, focaremos em um contexto que foi e continua sendo influenciado pelas crenças e pelos valores com relação a quem se adequa.”

Em outras palavras, entender o porquê fazer a inclusão é olhar historicamente para o processo de exclusão desses indivíduos, o qual está pautado em um modelo de normalidade, que tem um modelo padrão a ser seguido, por conseguinte, orientador do “como fazer”. Logo, ao se deparar com sujeitos que destoam desse padrão, surgem as dúvidas e os questionamentos de como trabalhar com essas pessoas. À vista disso, uma forma de abordar a participação social inclusiva é pensar em termos de desenho universal<sup>4</sup>. Tal conceito é definido na Lei Brasileira de Inclusão (2015) a partir de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, visando a atender a todas as especificidades humanas (BRASIL, 2015).

Em função disso, torna-se fundamental compreender o motivo que subsidia o processo de inclusão, ou seja, por que adotamos esse preceito? Por que concordamos com as teorias que sustentam esse paradigma? Por causa de mudanças governamentais? Por seguirmos as políticas públicas?

O processo de inclusão das pessoas com deficiência está relacionado com alguns fatores, tais como um sistema de crenças e valores que tendem a concordar com o paradigma da inclusão, o qual possibilita o reconhecimento de teorias que abarcam um corpo de conhecimento que favoreça tal prática. Por outro lado, tal processo também se associa às políticas públicas que são estabelecidas e à legislação vigente, que demanda ações inclusivas por parte da sociedade.

Em outras palavras, há uma parcela da população favorável à inclusão, pois, a partir do sistema de valores e crenças que se construiu, ao longo de sua vida, tendo como base as experiências de vida de cada sujeito, percebe e responde às diferenças humanas

---

<sup>4</sup> Para maiores aprofundamentos acerca da temática sugere-se a leitura das seguintes referências: MACE, L. Ronald; HARDIE, J. Graeme; PLACE, P. Jaine. *Accessible Environments: Toward Universal Design.*; CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.* Senac, 2007. [Ilustrações] PRADO, Adriana; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila (orgs.). *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil.* Annablume, 2010.

diferenciadamente, ao ponto de concordar com as premissas desse paradigma. Em contraste, é cotidiano o debate de ideias a respeito da temática, no qual agentes sociais se posicionam contrariamente à política de inclusão, mas, diante da lei e das políticas públicas, são obrigados a aceitar, por exemplo, as crianças com deficiência na rede de ensino regular, espaço onde por muito tempo não foi permitida ou usual a frequência dessa população.

Contudo, a inclusão das pessoas com deficiência deveria ser um processo inerente à sociedade, à medida que fosse desprezado o padrão de normalidade estabelecido, ao passo que se reconheceria as diferenças funcionais enquanto singularidades do indivíduo. Nessa direção, entender o processo de exclusão precede a compreensão da inclusão. Analisar e discutir tais fenômenos, em qualquer âmbito, não é uma tarefa simples. Demanda repensar o sistema econômico e político, bem como os valores e as crenças vigentes na sociedade em que vivemos, compartilhados socialmente e apropriados individualmente, o que pressupõe diferentes idiosincrasias. Quando aludimos a sociedade, pensamos em uma organização social que se constitui em determinado tempo e local histórico. Há, então, que se questionar: no momento social e histórico atual, é possível assumir o compromisso com a justiça social e as oportunidades iguais? Ainda: quem seriam as personagens responsáveis com esse compromisso?

As políticas públicas têm apresentado caminhos em busca de sanar essas falhas sociais, a fim de promover a garantia dos direitos humanos, ao se comprometer com questões e demandas das minorias, as quais, por muito tempo, estiveram marginalizadas da sociedade. Nessa acepção, contextos como as escolas e as universidades apresentam mérito, nesse trabalho, pois são locais que deveriam ofertar a abertura para dialogar sobre tais temáticas de forma crítica e reflexiva, de modo a formar indivíduos e profissionais compactuados com o processo de inclusão.

No entanto, cabe destacar que a educação é um ato político, isto é, não é possível pensar escola, pensar educação, fora da relação de poder. Esses locais representam uma cultura particular, a qual tem suas leis e suas ideologias que são moldadas pelos padrões de atividade humana e estruturas sociais, permeando os objetivos educacionais, quer no contexto público, quer no privado. Destarte, compreender os mais variados aspectos referentes à temática da deficiência exige reconhecimento e consciência de como essa cultura particular influencia ativamente a vida cotidiana, nas escolas e nas universidades, e quais as implicações dessa cultura para o fenômeno da deficiência, como ela concebe, compreende e propaga os pressupostos da diferença, nesses contextos sociais.

Para este trabalho, por conseguinte, é importante analisar como tem sido integrada a cultura particular das universidades públicas brasileira, a fim de compreender quais as leis que regem esse sistema educacional e qual o espaço que a temática da deficiência ocupa, nesse âmbito. Partindo dessa premissa, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito das características que constituem o desenvolvimento do ensino superior, no Brasil.

Sguissardi et al. (2004) assinalam que o sistema universitário tem como característica responder às necessidades políticas, econômicas e culturais de seu tempo histórico. Assim, pode-se afirmar que a constituição do ensino superior brasileiro aconteceu em diferentes períodos e esteve estreitamente relacionada com as transformações que marcaram o país. Miranda (2015) ressalta que tal aspecto originou um desenvolvimento peculiar, heterogêneo e complexo.

Em um primeiro momento, o movimento de criação das universidades, no Brasil, foi marcado por uma forte resistência por parte da Coroa portuguesa e de uma pequena parcela da população – constituída pela elite brasileira, a qual entendia que os estudantes interessados e que tivessem condições financeiras poderiam realizar seus estudos na Europa, não havendo necessidade de construir o ensino superior no país (FÁVERO, 2006).

À vista disso, o ensino superior brasileiro começa a ser estruturado no período monárquico, compreendido entre 1808 e começo da República. O modelo implantado caracterizou-se por escolas autônomas, objetivando a formação de profissionais liberais, de modo a assegurar um diploma profissional que garantisse a ocupação de posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente da época e, conseqüentemente, posições sociais de destaque. Nesse contexto, os alunos que frequentavam os cursos superiores eram “[...] homens, jovens, brancos, oriundos das classes mais abastadas, pois era rara, no ensino superior, a presença de pardos e impossibilitada a de negros.” (MIRANDA, 2015, p. 23).

Com a constituição da Primeira República, duas características se destacam na expansão do ensino superior: a descentralização das escolas, o que implica o surgimento de novas instituições públicas e privadas, e a diversidade de serviços prestados por essas instituições, dando-se ênfase, também, à formação tecnológica e à pesquisa (SAMPAIO, 1991).

Em 1920, foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro, a partir da aglutinação das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito. Essa instituição foi a primeira,

no país, a receber o *status* duradouro de universidade. Na verdade, tal modelo de formação de universidade a partir da reunião de diferentes faculdades tornou-se o padrão a ser seguido, na época.

Mais adiante, em 1928, foi promulgado pelo governo federal o Decreto 5.616, que regulamentou a criação de universidades nos Estados do Brasil. Em 1931, o presidente Getúlio Vargas e o ministro Francisco Campos publicam o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851), o qual dispõe sobre as finalidades do ensino universitário – elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos, habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior.

Com o fim da Era Vargas, o país vivenciou um novo período histórico e político, assistindo, como consequência, à ampliação do ensino superior brasileiro. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, decretada em 1961, ocorreram “[...] a criação de novas instituições, a gratuidade dos cursos das instituições federais e a federalização das instituições estaduais e privadas, encampando ou fazendo a fusão daquelas pré-existentes.” (MIRANDA, 2015, p. 26).

Os anos que se seguiram foram significativos para a universidade brasileira, em razão das manifestações organizadas pelo movimento estudantil e pelos conflitos entre governo e estudantes. Em resposta às reivindicações que pautavam a luta dos estudantes e como consequência da reforma universitária, o governo sancionou, em 1968, a Lei 5540, a qual fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. Em seu artigo 1º, enfatiza que o objetivo do ensino superior é a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário, podendo acontecer em instituições públicas ou privadas.

Sampaio (1991) afirma que a expansão do setor público atendeu apenas a uma parte da demanda crescente, ao passo que a outra foi absorvida pelo setor privado, que experimentou um enorme crescimento. Miranda, (2015) indica como consequência do rápido crescimento do setor privado sua transformação em empreendimento empresarial de grande lucro, objetivando a oferta de cursos de baixo custo e de menores exigências acadêmicas.

Nessa direção, os sistemas universitários englobaram junto aos cursos tradicionais um conjunto de novas carreiras, sobretudo nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes, bem como possibilitaram aos segmentos populacionais antes distantes da graduação, como as mulheres e os trabalhadores, acessar níveis superiores de

ensino. Tal movimento, por conseguinte, respondia de maneira insatisfatória às demandas contempladas na reforma de 68, uma vez que estimulou o crescimento das redes privadas de ensino superior (SAMPAIO, 1991; MARTINS, 2000).

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual estabelece como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Dessa forma, é dever da União proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. No que tange ao ensino superior, ressalta-se o artigo 207, que preconiza na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, determinando a obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988).

A fim de garantir o pleno acesso à educação previsto na redação da Constituição, foi sancionada a Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tal normativa estabelece os princípios fundamentais da educação nacional, destacando o direito à educação e ao dever do educar, regulamenta a organização do sistema educacional, a qual deve se dar em caráter colaborativo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. No tocante à composição do sistema, a LDB constitui-se em dois níveis escolares: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior.

Tendo em vista que esta pesquisa se insere no contexto da educação superior, são ressaltadas as finalidades dessa modalidade de ensino previstas no artigo 43 da LDB:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Nessa linha de raciocínio, espera-se que a educação superior promova, com os conteúdos curriculares e os projetos de pesquisa e extensão, o exercício crítico de interrogação e reflexão dos problemas do mundo presente, para além do exercício profissional concernente ao curso em que se está matriculado.

No decorrer do texto, nota-se que as características do ensino superior se ampliam, fundamentando-se nas demandas sociais e econômicas, como citado anteriormente. Uma reivindicação que persistiu ao longo das últimas décadas foi o acesso democrático e universal à modalidade de educação em questão. Ainda assim, na conjuntura atual, mesmo que haja premissas que buscam configurar o acesso democrático às instituições de ensino superior - IES, os estudantes que almejam cursar a graduação precisam passar por um processo seletivo, os vestibulares. Tal característica configura o acesso ao ensino superior em um modelo meritocrático.

Para se ter uma ideia de números de estudantes no ensino superior, a Tabela 1 apresenta os dados oficiais, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com os números totais de matrículas em cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, nos últimos cinco anos. Percebe-se que o acesso à educação superior tem aumentando nos últimos anos.

**Tabela 1:** Total de Matrículas em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância por Organização Acadêmica

Categoria Administrativa		Ano					
		2010	2011	2012	2013	2014	
Brasil	Total geral	5.449.120	6.739.689	7.037.688	7.305.977	7.828.013	
	Pública	Total	1.461.696	1.773.315	1.897.376	1.932.527	1.961.002
		Federal	833.934	1.032.936	1.087.413	1.137.851	1.180.068
		Estadual	524.698	619.354	625.283	604.517	615.849
		Municipal	103.064	121.025	184.680	190.159	165.085
Privada		3.987.424	4.966.374	5.140.312	5.373.450	5.867.011	

**Fonte:** Dados extraídos das sinopses estatísticas da educação superior do INEP nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Segundo o levantamento supracitado, em 2014, o Brasil tinha 2.368 IES, subdivididas em 2.070 IES de natureza privada e 298 públicas, dessas 118 estaduais, 107 federais e 73 municipais. Com base nesses dados, verifica-se que o ensino superior brasileiro tem ocorrido, majoritariamente, em instituições particulares, o que recai no destaque feito por Silva Júnior e Sguissardi (2013), de que a educação tem-se tornado uma mercadoria de grande valor, à medida que se tem privatizado cada vez mais esse nível de ensino. Isso se observa tanto pela evolução do número de IES quanto pelo montante de matrículas em instituições privadas, em comparação com o número de matrículas em IES públicas.

No que diz respeito à matrícula de estudantes com alguma deficiência, no ensino superior, pode-se constatar, com os dados obtidos no Censo da Educação Superior coletados pelo INEP, que o ingresso desse alunos tem aumentado nas diferentes modalidades de IES. Na Tabela 2 estão expostos os dados das sinopses dos últimos quatro anos<sup>5</sup>.

**Tabela 2:** Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Especiais nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância

Categoria Administrativa		Ano				
		2011	2012	2013	2014	
Brasil	Total geral	23.250	27.143	29.034	33.377	
	Pública	Total	6.531	8.201	9.406	13.723
		Federal	4.437	5.577	6.648	10.602
		Estadual	1.861	2.013	2.051	2.542
		Municipal	233	611	707	579
Privada	16.719	18.942	19.628	19.654		

**Fonte:** Dados extraídos das sinopses estatísticas da educação superior do INEP nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

É importante destacar que os alunos com deficiência se enquadram como público-alvo da educação especial. Desse modo, conforme indicado na Resolução nº 4/2009, compreende-se por esse público:

<sup>5</sup> Destaca-se que os dados referentes ao número de matrícula de pessoas com deficiência no ano de 2010 não foram encontrados nas sinopses realizadas pelo INEP.

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009).

Este trabalho se situa no contexto universitário, sendo assim, acompanhar o aumento no número de matrículas e no número de instituições que ofertam essa modalidade de ensino é importante para investigar como tem ocorrido a participação dos sujeitos, nos cursos de graduação. Já o destaque ao número de alunos ingressantes com alguma deficiência se faz relevante, uma vez que demonstra qual tem sido a participação dessas pessoas, nos cursos de formação superior. Nota-se, pelos dados da Tabela 2, que houve avanço no acesso de pessoas com deficiência a esse nível de ensino, principalmente no tocante às instituições públicas.

No entanto, esse número é ínfimo, quando comparado com os dados gerais da Tabela 1, que traz os índices gerais de alunos matriculados. Dessa forma, com base nos dados apresentados, pode-se assinalar que poucos são os alunos que partilham os anos de graduação com colegas que possuem alguma deficiência, o que significa pensar a deficiência como algo que não se aproxima dos cursos universitários, ou seja, como se as pessoas que estão nessa condição não pertencessem a esse contexto social.

Tal panorama retrata o modo como o ensino superior se tem constituído, no Brasil, bem como quais as características que têm sido evidenciadas nesse modelo de formação superior orientado pela lógica mercadológica e capitalista. As implicações desse processo se mostram positivas, ao oferecer acesso à universidade a um contingente populacional cada vez maior e que, por muito tempo, esteve marginalizado dessa organização educacional. Todavia, a oferta da educação nesse cenário tem sido frequentemente massificada, o que incorre de forma negativa na proposta educacional que visa provocar a formação intelectual consciente e progressiva.

Diante do exposto, conclui-se que o número de pessoas com deficiência tem aumentado a nível mundial, sendo este crescimento dependente de diferentes variáveis.

Ainda, depreende-se que cada vez mais tem sido notória a preocupação com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o que tem provocado discussões e ações nos âmbitos sociais, tal como na área educacional, há mais tempo na educação básica e, mais recentemente, no ensino superior.

Cabe destacar, que o processo de agir e refletir sobre determinada conduta referente as pessoas com deficiência tem se dado de distintos modos, sendo este processo estruturado e orientado a partir dos conhecimentos produzidos historicamente, do conceito em si de deficiência, dos marcos políticos e legais que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, para analisar como estudantes universitários tem constituído seus posicionamentos diante da temática da deficiência é preciso percorrer conceitos relativos e intrínsecos a relação da sociedade com as pessoas com deficiências. À vista disso, o capítulo 1 busca delinear o cenário do fenômeno da deficiência desde a Idade Média até os dias atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações propostas nesta Dissertação partiram das reflexões advindas do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural e do método de análise materialista histórico-dialético. Fez-se referência ao processo dialético entre a singularidade – particularidade – universalidade, como fundamental para compreender as relações que o homem estabelece com a sociedade e com o gênero humano, no processo de hominização.

Nessa direção, com base no proposto por Vigotski, discorreu-se sobre o desenvolvimento do psiquismo humano, o qual pressupõe que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tais como linguagem e pensamento, que possibilitam a construção da sua identidade, ocorre a partir das relações sociais que o sujeito estabelece com os grupos pelos quais transita, entendendo que o sujeito se torna humano através das apropriações que faz dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade.

Os indivíduos que vivem em meios sociais desfavorecidos, tal como a população de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, como os negros, os índios e as pessoas com deficiência, que têm seus direitos violados por permanecerem à margem das dimensões institucionais ou delas se beneficiarem, minimamente, dificilmente terão desenvolvimento pleno e efetivo.

Em função dos assinalamentos realizados e do sentido das relações constituídas socialmente, no contexto histórico explicitado neste texto, pode-se depreender que o sujeito marginalizado das esferas sociais tem suas possibilidades de vir a ser humano diminuídas, uma vez que o desenvolvimento do homem responde a leis sociais, extrapolando – e muito – os processos inatos naturais, e que o indivíduo se constitui em um dado contexto cultural, decorrente das condições sociais que lhe são ofertadas.

Diante desse contexto, foi considerado importante assinalar o desenvolvimento dos conceitos científicos, a fim de respaldar a análise sobre a formação do conceito de deficiência. Em seguida, traçou-se um panorama sobre a evolução do conceito de deficiência, ao longo do tempo, nos diferentes períodos históricos e culturais. As diversas formas com as quais o conceito de deficiência foi concebido estão atreladas aos modos como os discursos foram produzidos, nas relações sociais, tendo em vista o contexto e as condições históricas e culturais que legitimaram essas produções.

Nesse enfoque, conclui-se, em um processo dialético, que mudanças na maneira de compreender o fenômeno da deficiência acarretaram alterações na terminologia

utilizada para aludir a tal condição. Nessa acepção, termos como “anormal”, “inválido”, “especial”, “excepcional”, “deficiente”, “portador de deficiência”, “portadores de necessidades especiais” foram substituídos, na legislação e nas políticas públicas, pela expressão *pessoa com deficiência*.

Essas alterações representam o movimento que tem sido realizado no sentido de ressignificar o conceito de deficiência para além das normativas, o que consiste em influenciar nas práticas cotidianas direcionadas a esse público. Dessa forma, pensou-se em atribuir um termo mais ideal, o qual retirasse a conotação negativa que perpassa tais conceitos.

Não obstante, tais mudanças não atingiram efetivamente a sociedade em geral, pois é usual encontrar em alguns locais, tais como estacionamento que designam vagas para essa população, estabelecimentos comerciais que apresentam o atendimento prioritário, em matérias midiáticas, em cartazes de divulgação de vagas de trabalho, sinopses do INEP, dentre outros âmbitos, o uso dos termos “portador de deficiência” ou “portador de necessidades especiais.”

Angelucci (2014) colabora nesse aspecto, ao argumentar que, enquanto a deficiência estiver relacionada à lógica médica, de modo a legitimar a diferença a partir do olhar clínico, o qual identifica a condição do sujeito como (falta de) saúde, as alterações na nomenclatura não serão suficientes.

Tal processo culmina na compreensão de que as pessoas com deficiência tiveram sua história marcada pela marginalização na sociedade, com base em um viés de normalização, no qual os sujeitos que não atendessem às normativas estariam excluídos dos processos sociais. Nessa perspectiva, foram demonstrados os paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Ademais, buscou-se destacar os avanços políticos e legais que respaldam essa relação, bem como que anunciam e garantem os direitos dessa população.

Na história da sociedade, as relações construídas com as pessoas com deficiência foram caracterizadas por estereótipos negativos, estigmas e preconceitos, estes balizados pela noção de desvio. Desde a antiguidade, as pessoas com deficiência foram estigmatizadas como desviantes, atribuindo-lhes ações marginalizantes, através da socialização de discursos carregados de preconceitos, crenças e valores negativos.

Em outras palavras, é notório que os sujeitos apresentam características distintas, quer biológicas, quer comportamentais e/ou sociais. Todavia, essas particularidades

podem ser classificadas como positivas ou negativas, em função do postulado e normatizado pela sociedade em que dado fenômeno ocorre.

É importante enfatizar que os valores sociais e culturais que sistematizam tais critérios são propagados diariamente, muitas vezes, de forma implícita, pelas agências sociais, tais como a família, a política, a religião, a educação e os meios de comunicação.

Destarte, o modo como os discursos são efetivados em determinados espaços e por grupos sociais influencia diretamente nas ações e nas atitudes conferidas às minorias populacionais. Nessa direção, o modo como a sociedade concebe e se posiciona frente a determinados fenômenos interfere na maneira como esses sujeitos marginalizados se percebem, constituem suas identidades e se posicionam em resposta às atitudes que lhes são direcionadas.

A aplicação da ECD permitiu identificar os posicionamentos de futuros profissionais de diversas áreas do saber, quanto às concepções de deficiência social, biológica, metafísica e histórico-cultural. Em função disso, é possível sustentar que os resultados desta pesquisa contribuem para o entendimento da relação que a sociedade contemporânea estabelece com o fenômeno da deficiência.

Nesse direcionamento, pode-se concluir que os participantes tendem a concordar com as concepções social e histórico-cultural, seguidas da concepção biológica. Tais achados demonstram que a amostra investigada leva em conta as condições sociais, ao conceber a deficiência, mas também reconhece os atributos orgânicos que levam à caracterização da deficiência. Considera-se positiva a compreensão social e histórico-cultural sobre a deficiência, visto que o modo como o sujeito concebe determinado fenômeno influencia na maneira como irá se posicionar diante dele, assim entender que a deficiência está no contexto e não no indivíduo pressupõe transformações nestes espaços.

No entanto, ainda é negativa a naturalização e a universalização da particularidade, ao se apoiar em uma visão de normalidade que corresponde a uma condição particular da existência humana, na medida em que se apega a valores e padrões de comportamento de uma determinada classe social, tomando-os como pretensamente universais.

Tal panorama contribui para defesa de que são necessários serviços que capacitem as pessoas com deficiência, mas também devem ser realizadas ações que visem à reorganização da sociedade, a fim de garantir o acesso de todos os cidadãos a todos os espaços sociais. Portanto, tais mudanças na concepção de deficiência implicam o reconhecimento do valor de cada indivíduo, independentemente de sua funcionalidade,

pressupondo, ainda, que a sociedade deve se ajustar a todas as diferenças, de modo a possibilitar o desenvolvimento integral dos sujeitos e a garantia do direito de acesso e permanência nos espaços sociais.

A partir dos apontamentos realizados, entende-se que a Psicologia é uma área do saber capaz de contribuir para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência, nas variadas instâncias sociais, com ações que visam à orientação e ao debate crítico sobre o fenômeno da deficiência. Nessa perspectiva, é importante compreender que a deficiência extrapola as diferenças orgânicas e/ou comportamentais que o sujeito revela e que esta é demarcada em um contexto histórico-cultural específico, com base na interpretação social e, por conseguinte, do modo como a sociedade se organiza para atender às necessidades de determinado segmento populacional.

Portanto, é nesse enfoque que se propõe o desenho universal. Esse conceito provoca uma mudança de paradigma, na direção oposta de pensar estratégias para adaptar o sujeito com deficiência, privilegiando a organização social, qualquer que seja a diferença –magro ou gordo, baixo ou alto, branco ou negro, criança ou adulto, surdo ou ouvinte –, ou seja, trata-se de pensar a variabilidade dos sujeitos em contraste a um indivíduo médio estabelecido pela norma social.

No esteio dessa constatação, promover a inclusão social significa mais que ampliar o estabelecimento de normativas e políticas públicas, as quais garantam os direitos das populações desfavorecidas historicamente; na verdade, faz-se necessária a oferta de ações que enfrentem as barreiras atitudinais, isto é, é imprescindível promover conhecimento, reflexão e análise crítica sobre o fenômeno, a fim de intervir com o objetivo de reduzir os estereótipos e os estigmas referentes às pessoas com deficiência, fundamentados no reconhecimento e na valorização da diversidade humana.

Nessa linha, nossas práticas revelam nossas concepções sobre o homem, sobre a sociedade, sobre a educação, sobre a deficiência, ao mesmo tempo a propósito do quanto elas vão sendo cristalizadas, criando conformidade e alienação, de sorte a tornar conveniente a manutenção de nossa sociedade, no que tange aos papéis dos atores que a compõem e aos processos de exclusão (ROSSATO; LEONARDO, 2011).

Na história da humanidade, grupos considerados minoritários foram marginalizados da sociedade e, dentre diversas coisas, tiveram seus direitos negados. Neste texto, o foco de análise foi a relação da sociedade com as pessoas com deficiência, as quais, tomadas como desviantes, foram excluídas dos espaços sociais. Para tanto, buscou-se compreender os aspectos sociais que engendram o processo de exclusão,

englobando esse contingente populacional. Nesse enfoque, ressalta-se que tal conceito é construído socialmente e é influenciado pelas regras e normas de uma cultura, sobretudo pela estrutura do sistema capitalista. Por isso, pode-se depreender que a exclusão extrapola as características individuais ou de um grupo específico. Sendo assim, é importante que sejam desnaturalizadas as formas como são percebidas e enfrentadas as práticas geradoras do processo de exclusão.

Nessa direção, Rossato e Leonardo (2011) assinalam que ao conceber a deficiência, enquanto uma particularidade limitadora que está diretamente relacionada com a menor possibilidade de vir a ser humano, como explicitado neste texto, é naturalizar a exclusão do processo de aprendizagem e de desenvolvimento dessas pessoas, pois consiste na compreensão de o que se tem é uma deficiência do indivíduo e não um processo de exclusão gerado histórica e socialmente.

Em linhas gerais, entende-se que o Brasil tem avançado na discussão acerca da temática, com a promulgação de novas leis que subsidiam as políticas públicas em relação às pessoas com deficiências, o que possibilita a maior participação desses sujeitos nos diferentes âmbitos sociais, como educação, saúde, trabalho, lazer e desporto.

Diante desse cenário, têm relevância os estudos e pesquisas que fundamentam as discussões acerca dos mecanismos que engendram os preconceitos, os estereótipos e os estigmas, os quais perpassam as relações entre as pessoas com e sem deficiência. Acredita-se que a proposição de ações, nos diferentes níveis da sociedade, que confrontem esses comportamentos considerados prejudiciais, tanto para quem é alvo como para quem convive com essas ameaças, imaginárias ou não, pode ser significativa no enfrentamento da exclusão social das pessoas com deficiência e, em consequência, para a redução de comportamentos preconceituosos e estigmatizantes.

Buscou-se, neste trabalho, refletir sobre como o universal existe no particular e como ambos incidem no singular. No entanto, o instrumento de pesquisa utilizado apresenta limitações, no que concerne a captar os traços universais dispostos na particularidade. Isso, por sua vez, significa compreender que esse fenômeno (ou objeto de estudo) não se divide, não pode ser analisado de forma fragmentada, restringindo-se a identificações ou características específicas que o envolvem, mas precisa abordar, de fato, o que está por detrás delas – a totalidade. Em suma, é esse procedimento de ascensão do abstrato ao concreto como movimento de apreensão do real que Vigotski (1996b, 2009) indica como método.

No esteio dessa constatação, a deficiência é um fenômeno universal, e o modo como todas as pessoas entendem, vivenciam e se relacionam com a deficiência é singular. No entanto, neste trabalho não foi possível verificar a vivência que os estudantes universitários que participaram da pesquisa tem ou tiveram com o fenômeno da deficiência, sendo este um limite do trabalho. É possível hipotetizar a partir do anuário da UNESP, o qual demonstra a quantidade de matrículas realizadas por pessoas com deficiência no ano de 2013, bem como a partir da grade curricular dos cursos de graduação oferecidos pelas 24 unidades universitárias. Existo posto, um limite apresentado pelo instrumento foi a ausência de maiores informações sobre as características dos sujeitos pesquisados, tais como classe social, a convivência ou não com alguma pessoa com deficiência ao longo da sua vida, se o sujeito pesquisado apresenta ou não uma deficiência, as lembranças acerca dos conhecimentos adquiridos a respeito da deficiência.

O resultado sugere que o posicionamento mais favorável às concepções que compreendem a deficiência como constructo social e cultural pode ser decorrente da formação acadêmica específica da instituição pública. Nessa perspectiva, convém estimular a replicação dos estudos em outras instituições de ensino superior, envolvendo a rede pública e privada, para a confirmação da hipótese.

Contudo, este trabalho é de suma importância para endossar as pesquisas que objetivam investigar e analisar as concepções e os posicionamentos que diferentes agente sociais apresentam frente ao fenômeno da deficiências, constituindo-se referência teórica e prática para ações críticas que visam confrontar as barreiras atitudinais que respaldam outras barreiras impeditivas para o desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência. Ademais, tal pesquisa se diferencia, uma vez que não foram encontrados estudos que avaliem e comparem os posicionamentos frente às concepções de deficiência em universitários de diferentes cursos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe, 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas** São Paulo: Summus, 1998.

ANGELUCCI, C. B. Medicalização das diferenças funcionais – continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 116-134, jan./abr. 2014.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

ASBAHR, F. S. F.; MEIRA, M. E. M. Crianças Desatentas ou Práticas Pedagógicas Sem Sentido? Relações Entre Motivo, Sentido Pessoal E Atenção. **Nuances**, v. 25, p. 97-115, 2014.

\_\_\_\_\_; NASCIMENTO, C. P. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. **Psicologia: Ciência e Profissão** (impresso), v. 33, p. 414-427, 2013.

BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. A concepção de deficiência em discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 71-78, 2014.

BARTALOTTI, C. C. et al. Concepções de profissionais de educação e saúde sobre Educação Inclusiva: reflexões para uma prática transformadora. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 124-130, abr./jun. 2008.

BONFIM, S. M. M. **A Luta por Reconhecimento das Pessoas com Deficiência: aspectos teóricos, históricos e legislativos**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. (Constituição). **Constituição da República Federativa de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 04 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)> Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)> Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Normas Gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 6949**, de 25 de agosto de 2009. Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 04**, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 2009a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) . Acesso em: 20 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência**. Uma análise a partir das Conferências Nacionais. 1. ed. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência Secretaria de Direitos Humanos, 2012a. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**/Luiza Maria Borges Oliveira. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012b.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação** (2013). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 18 de mai. 2016

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 25 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência**. Censo MEC/INEP, 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacaoespecial&category\\_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacaoespecial&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 jul. 2016.

CARRETEIRO, T. C. A Doença como Projeto – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, out. 2003.

CROCHÍK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

\_\_\_\_\_ et al. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.2, p.123-132, abr./jun. 2009.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Ver. Esc. Enferm. USP**, v.43, n.1, p. 178-85, 2009.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 419-429, jul./set. 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KASSAR, M. C. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil Discurso e Silêncio na História de Sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

KOHATSU, L. N.; MOLINA, R.; FERREIRA, K. D. M. As Diferenças Significativas nos Animados Infantis da Disney: da inocência e fantasia aos preconceitos e estereótipos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, VIII., 2013, Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT15-2013/AT15-005.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LEITE, L. P. **A Psicologia histórico-cultural na compreensão dos conceitos relacionados à deficiência: uma análise investigatória com futuros profissionais**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014. Relatório Científico – CNPq. (Texto não publicado).

\_\_\_\_\_; LACERDA, C. B. F de. **Manual Técnico da Escala Concepções de Deficiência (ECD)**. (2013). Texto não publicado.

\_\_\_\_\_; MARTINS, S. E. S. O. **Fundamentos e Estratégias Pedagógicas Inclusivas: respostas às diferenças na escola**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

MARQUES, C. D. Aspectos Econômicos do Neoliberalismo. **Revista Lumni**, v. 2, p. 1-8, 2012.

MARTINS, A. J. et al. A concepção de família e religiosidade presente nos discursos produzidos por profissionais médicos acerca de crianças com doenças genéticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.2, p. 545-553, 2012.

MARTINS, C.B. O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n.1, p.41-60, 2000.

MIRANDA, W. T. C. **Inclusão no Ensino Superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Rev. bras. educ. espec.** v.14, n.1. p.35-52, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382008000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382008000100004&lng=en&nrm=iso). ISSN 1413-6538. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000100004>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- NÉBIAS, C. Formação dos Conceitos Científicos e Práticas Pedagógicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, IX. 1999, Águas de Lindóia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.3, n.4, p.133-140, fev. 1999.
- NUERNBERG, A. H. A psicologia no contexto da educação inclusiva: rompendo barreiras atitudinais no contexto do ensino superior. In: ANACHE, A. I.; SILVA, I. R. (Org.). **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. Brasília. 2009. p.153-166.
- OLIVEIRA, A. A. S. O Conceito De Deficiência Em Discussão: Representações sociais de Professores Especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.10, n.1, p.43-58, jan./abr. 2004.
- OLIVEIRA, B. A Dialética do Singular-Particular-Universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. MARTINS, S. T. F. (Org.). **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OMOTE, S. Estigma do Tempo da Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.10, n.3, p 287-308, 2004.
- PASQUALI, L. (Org.). **Teoria e Métodos de Medida em Ciência do Comportamento**. Brasília, DF: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida/Instituto de Psicologia/UnB/INEP, (1996).
- PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em revista**. Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.
- SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. 1991. 30f. (Documento de Trabalho) – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Memorial da Inclusão**. 30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Memorial da Inclusão, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- SAWAIA, B. Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Identidade – Uma Ideologia Separatista? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

SCHILLING, F.; MIYASHIRO, S. G. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SGUISSARDI, V.; et al. Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado? Mercantilização do conhecimento e deserção do estado. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, 647-65, 2004. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300001>. Acesso em: 12 nov. 2015

SILVA, O. M. **Epopéia Ignorada** – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco. Serie indagaciones**, n. 23, p. 119-156, jun. 2013.

SOUZA, M. M. G. S.; SILVERO, A. S.; GALHARDI, C. M. Formação Inclusiva: concepção de deficiência e atitudes sociais em relação à inclusão de estudantes de Psicopedagogia. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, nov. 2014.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência**: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Tradução de Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VÉRAS, M. Exclusão Social – Um Problema Brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos da defectologia**. Madri: Visor, 1997. (Obras escogidas. Tomo V).

\_\_\_\_\_. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

XIMENES, V. M. BARROS, J. P. P. Perspectiva Histórico-Cultural: que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário? **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 27, n.56, p. 65-76, jan./mar. 2009.

WANDERLEY, M. B. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZANELLA, A. V. et al. Questões de Método em Textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007.